

DESNUCLEAÇÃO E REABERTURA DE ESCOLAS DO CAMPO EM SERRA DO RAMALHO/BA: GARANTIA DE DIREITOS E RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS

Inaiara Alves Rolim
Secretaria Municipal de Educação-SME

Shirley Gonçalves de Souza
Secretaria Municipal de Educação-SME

Terciana Vidal Moura
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

Edna Souza Moreira
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir sobre o processo de desnucleação de escolas do campo e a reabertura de uma escola indígena em 2022 e a reativação de uma escola serrana em 2024 no município de Serra do Ramalho/BA. Apresenta uma reflexão a respeito de como este processo se constitui resistência às políticas hegemônicas, que contribuem para a precarização das escolas do campo. Desnuclear e reabrir uma escola do campo, portanto, podem evitar um impacto negativo no desenvolvimento educacional, social e emocional das crianças causados pelo deslocamento destas para outras comunidades. Este estudo foi construído segundo os princípios da abordagem qualitativa, com o estudo bibliográfico sobre o tema, análise documental e levantamento de dados por meio de entrevista realizada com o representante da Secretaria Municipal de Educação. Este estudo evidencia a necessidade de repensar a escola do campo para abolir a prática excludente que é a nucleação/fechamento de escolas do campo. Essa situação possibilita o avanço de procedimentos de melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a construção de uma formação emancipatória dos sujeitos do campo. As escolas no campo desempenham um papel crucial na oferta de educação para crianças que vivem em áreas rurais. Para muitos alunos, especialmente aqueles que não têm acesso à internet ou dispositivos digitais em casa, a escola é o único local onde podem acessar a educação formal.

5542

Palavras-chave: Desnucleação de escolas do campo, Políticas públicas para a Educação do Campo, políticas municipais Contrahegemônicas.

Abstract

This article aims to discuss the process of denuclearizing rural schools and the reopening of an indigenous school in 2022 and the reactivation of a mountain school in 2024 in the municipality of Serra do Ramalho/BA. It presents a reflection on how this process constitutes resistance to hegemonic policies, which contribute to the precariousness of rural schools. Denuclearizing and reopening a rural school, therefore, can avoid a negative impact on the educational, social and emotional development of children caused by their displacement to other communities. This study was constructed according to the principles of a qualitative approach, with a bibliographical study on the topic, document analysis and data collection through an interview carried out with the representative of the Municipal Department of Education. This study highlights the need to rethink rural schools to abolish the exclusionary practice that is the nucleation/closing of rural schools. This situation makes it possible to advance procedures to improve the qua This article aims to discuss the process of denuclearizing rural schools and the

reopening of an indigenous school in 2022 and the reactivation of a mountain school in 2024 in the municipality of Serra do Ramalho/BA. It presents a reflection on how this process constitutes resistance to hegemonic policies, which contribute to the precariousness of rural schools. Denuclearizing and reopening a rural school, therefore, can avoid a negative impact on the educational, social and emotional development of children caused by their displacement to other communities. This study was constructed according to the principles of a qualitative approach, with a bibliographical study on the topic, document analysis and data collection through an interview carried out with the representative of the Municipal Department of Education. This study highlights the need to rethink rural schools to abolish the exclusionary practice that is the nucleation/closing of rural schools. This situation makes it possible to advance procedures to improve the quality of the teaching and learning process, favoring the construction of an emancipatory education for rural subjects. Rural schools play a crucial role in providing education to children living in rural areas. For many students, especially those who do not have access to the internet or digital devices at home, school is the only place they can access formal education. lity of the teaching and learning process, favoring the construction of an emancipatory education for rural subjects. Rural schools play a crucial role in providing education to children living in rural areas. For many students, especially those who do not have access to the internet or digital devices at home, school is the only place they can access formal education.

Keywords: Denuclearization of rural schools, Public Policies for Rural Education, Counterhegemonic municipal policies.

Introdução

A escrita da história da educação brasileira mostra que as escolas do meio rural eram consideradas apenas como meras “escolinhas”, portanto não investiam em estrutura física e ficavam isoladas, visto que um dos objetivos era a oferta de uma educação compensatória e pautada no modelo urbanocêntrico de ensino. Assim, as escolas localizadas no campo, sofrem com a imprecisão histórica das políticas educacionais e a falta de conhecimento das pessoas sobre seus direitos sociais favorecem o descaso e a ausência de comprometimento da esfera governamental em investir na educação do povo do campo.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9394/1996, contribuiu para que a situação da educação no meio rural sofra algumas alterações, pois o Art. 28 dispõe que a escola do meio rural deve adequar sua proposta aos modos de vida da população desse espaço. No entanto, contrariando o que está posto na LDB nº 9394/1996, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10172 de 9 de janeiro de 2001, orienta que as classes unidocentes deveriam ser substituídas e organizadas por meio do ensino seriado. Desse modo, as discussões com relação à construção de um ensino específico das escolas do campo são recentes no âmbito educacional brasileiro e no contexto das políticas públicas educacionais. Visto que, a organização educacional e as propostas pedagógicas para as escolas campesinas

sempre foram concebidas tendo a estrutura e parâmetros urbanos como modelo. E por muito tempo as escolas do campo ficaram à parte das políticas governamentais.

Nesse cenário, a Educação do Campo, como modalidade e tal qual conhecemos, tem seu berço no cerne dos movimentos sociais do campo que, por meio de ações coletivas, reivindicam a reforma agrária, a instituição de políticas públicas e a garantia dos direitos humanos com o objetivo de modificar as condições em que os povos do campo vêm construindo seu modo de vida. Fernandes (2014, p. 125), aponta que “a proposta dos movimentos sociais intenciona construir, uma política que amplie o sentido da educação [...] politicamente identificado como Educação do Campo”. Essa luta tem provocado muitos desafios e põe em evidência a exclusão social dos povos do campo, a insuficiência didático pedagógica dos processos de qualificação da prática docente, a carência da infraestrutura escolar, do transporte, dos materiais didáticos e recursos físicos, da merenda, entre outros. Por meio da atuação dos movimentos sociais, em 1998, surge a Articulação Por uma Educação do Campo, entidade que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional.

Como fruto do descaso do poder público com relação à educação do povo camponês, surge o processo de nucleação e fechamento de escolas do campo, que geralmente ocorre sem consulta adequada à comunidade fortalecido pelo PNE 2001.2010, razão pela qual Munarin (2011) considerou esse plano como antipolítica do Estado. Nesse contexto, em função da nucleação acontece o uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária. Esse artigo, portanto, visa discutir sobre a reversão do processo de nucleação que aconteceu no município de Serra do Ramalho/BA, entre os anos de 2015 a 2019, a desnucleação¹ de escolas e reabertura de uma escola indígena em 2022 e a reativação de uma escola serrana² em 2024.

Nesse contexto, este estudo foi construído segundo os princípios da abordagem qualitativa, com o estudo bibliográfico sobre o tema, análise documental e levantamento de dados por meio de entrevista realizada com a Coordenação de Educação do Campo e Classes Multisseriadas da Secretaria Municipal de Educação.

Políticas contra-hegemônicas de fortalecimento da Educação do Campo: desnucleação e reabertura de escolas em Serra do Ramalho/BA

¹ O termo desnucleação refere-se à ação municipal em reabrir as etapas nucleadas nas escolas e levar os estudantes de volta para suas escolas em suas comunidades.

² Refere-se à Escola Graciliano Ramos, pertencente à Comunidade de Mata Verde, localizada na serra que dá nome ao município.

Quando pensamos a respeito do projeto de Educação do Campo demandado, historicamente, pelos movimentos sociais, entendemos a urgência de as políticas públicas assegurarem não apenas o acesso do estudante à educação, mas acesso e permanência na escola em sua comunidade, considerando a pluralidade sociocultural dos povos do campo. No entanto, ao observar como a história da educação dos sujeitos do campo vem sendo escrita, identificamos um “processo de engendramento das políticas públicas na área específica da Educação do Campo, demonstrando as marchas e contramarchas na relação Estado e sociedade civil organizada do campo” (Munarim, 2011, p. 01). Essa situação evidencia que a Educação do Campo, no contexto das políticas públicas, precisa ser conduzida por uma gestão que entenda os povos camponeses como sujeitos de direitos, considerando-os como atores sociais e capazes de participar ativamente no processo de tomada de decisão e transformação de sua realidade.

Nessa conjuntura, a Educação do Campo representa uma correlação de forças e é sinônimo das lutas dos movimentos sociais por uma educação própria do povo camponês. É necessário considerar os enfrentamentos “de interesses antagônicos entre camponato e agronegócio no espaço rural do Brasil. [...] as políticas públicas educacionais têm priorizado a cidade em detrimento do campo” (Santos; Nunes, 2020, p. 19).

Nesse cenário, a Articulação Por uma Educação do Campo obteve conquistas significativas para a educação das populações do campo, como a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação - CNE das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que foram aprovadas pela resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002; e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. Desse modo, para esse estudo serão analisados os pareceres e decretos que tratam a respeito da Educação do Campo, como a Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, já citada, o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que trata dos dias Letivos para a aplicação da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância; a Resolução CNE/CEB n. 02, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; o Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera; Resolução FNDE nº 36 de 2012, que dispõe sobre o PDDE Campo, que destina recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 7, 12 de abril de 2012; a Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro

de 2013., que dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola; e o Decreto nº 12.960, de 27 de março de 2014, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Por outro lado, mesmo com as conquistas no âmbito da legislação educacional, o povo campesino ainda sofre com escolas sem infraestrutura adequada, materiais didáticos e pedagógicos, profissionais habilitados para atuar nesse espaço e efetivação de políticas públicas que garantam o acesso e permanência dos estudantes na escola e em sua comunidade. A educação dos povos campesinos vem sendo delineada a partir de realidades distintas ou de paradigmas urbanos, desarticuladas das especificidades históricas e do contexto social dessas pessoas. Pinheiro (2007, p. 1), ressalta que “a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”. Quanto aos sujeitos desse espaço, a autora (2007, p. 1), afirma que “nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, [...]”. Esses fatores levam ao esfacelamento do processo de aprendizagem dos alunos do campo, fazendo com que seja comum encontrarmos um grande número de alunos com baixo desempenho escolar, alunos que evadiram da escola e com distorção idade série, bem como, um processo de ensino bancário.

Nesse processo de fragilização da educação dos povos do campo, um aspecto que vem se intensificando nas últimas décadas é o fechamento/nucleação das escolas campesinas. No que se refere ao município de Serra do Ramalho/BA, segundo dados do Censo Escolar (2017) esse fenômeno se acirrou culminando com a saída de centenas de estudantes de sua comunidade para estudar em outras escolas, culminando com o fechamento de 26 escolas, a nucleação de 13 escolas e a desativação da escola indígena. Nessa direção, levando em conta as ações empreendidas pelos movimentos sociais populares rurais/do campo Ribeiro (2010, p. 165), aponta a necessidade “[...] de garantir uma educação como um direito de cidadania e, ao mesmo tempo, a educação do campo formulada conforme seus interesses e demandas históricas que até então não foram consideradas pelo Estado”.

Para compreender a dinâmica e a diversidade da educação do povo do meio rural em Serra do Ramalho, é importante destacar que o município de Serra do Ramalho/BA tem sua origem na construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova,

Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. As famílias que habitavam essas cidades foram obrigadas a fixarem residência na região que hoje conhecemos como Serra do Ramalho. Os dados da pesquisa evidenciaram que o município de Serra do Ramalho vem agindo na contramão das políticas hegemônicas que atuam na precarização da educação das comunidades camponesas. Segundo dados da Secretaria de Educação (Entrevista, 2024), o município possui 85% das escolas localizadas no meio rural e para fortalecer as escolas camponesas e evitar o desgaste dos alunos que se deslocavam de suas comunidades para estudarem na cidade, em 2022 o município realizou a desnucleação das 13 escolas e reativou a escola indígena, que havia sido fechada em 2016, e em 2024 reabriu uma escola serrana.

Nessa direção, em 2022, a Secretaria de Educação executou o Projeto de Desnucleação³ com vistas a reorganização da educação das comunidades do campo a partir de suas especificidades socioculturais e o reconhecimento da identidade das escolas desse espaço. Percebemos, nesse processo, a diferença entre educação rural, pensada a serviço do capital, e a Educação do Campo, concebida como instrumento político de transformação social por meio da problematização e oposição à lógica capitalista para a transformação da realidade do campo.

O plano de desnucleação do município de Serra do Ramalho, conforme a Secretaria de Educação (Entrevista, 2023), foi construído a partir de demandas como: a) Insatisfação dos estudantes e das famílias com a transferência de alunos para escolas longe de suas casas; b) Os longos trajetos percorridos pelos estudantes para chegar à escola; c) Indisciplina dos estudantes transferidos; d) Depredação de escolas pelos alunos transferidos, devido ao descontentamento em estudar em outra comunidade; e) Economia dos recursos públicos com a diminuição das rotas de transportes escolares; f) Necessidade de fortalecimento da Educação do Campo no município; g) Revitalização da escola do campo, no sentido de fortalecer cada comunidade; h) Combate ao déficit na aprendizagem dos alunos transportados, uma vez que as longas distâncias percorridas geram cansaço e estresse nos estudantes; i) Reversão da evasão, pois com a nucleação muitos estudantes desistiram de estudar; j) Ampliação da atuação dos sujeitos da comunidade na escola, uma vez que a desnucleação abrirá espaço para a seleção de professores em suas próprias comunidades.

Assim, reverter a nucleação de escolas camponesas significa pensar políticas públicas de desenvolvimento do campo e formas de construção de uma sociedade capaz de superar as desigualdades entre regiões. Hage (2014) reforça que a escola no local de vivência dos sujeitos

³ Em 2021, a Secretaria de Educação elaborou um Projeto de Desnucleação que direcionou as ações da Secretaria no processo de retorno dos estudantes para estudarem na escola de sua comunidade.

assegura à educação e o cumprimento de forma efetiva com processo de escolarização dos indivíduos.

Segundo dados da Secretaria de Educação (Entrevista, 2024), o município possui 41 escolas, das quais 35 estão no meio rural e destas, 19 escolas possuem classes multisseriadas e está se destacando no âmbito da formação docente para fornecer subsídios aos professores tanto na elaboração do planejamento quanto para o desenvolvimento de dinâmicas que atendam as especificidades das classes com multissérie. Estratégia que visa o fortalecimento da escola do campo para resistir ao processo de nucleação e fechamento de escolas campesinas, visto que, as classes multisseriadas, que são vistas como algo negativo, “uma anomalia do sistema, uma praga que deveria ser exterminada”, (Santos; Moura, 2012, p. 35), foram usadas como um dos argumentos para justificar a nucleação das escolas.

Na prática, entretanto, “[as] escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos [...]”, (Hage, 2006, p. 05). Dessa forma, com o processo de desnucleação e reativação de escola do campo foi apresentada uma proposta pedagógica da Educação do Campo e Classes Multisseriadas, com a participação das comunidades, por meio de escutas, para agregar à proposta seus saberes e costumes específicos. Essa participação culmina com o fortalecimento desse povo como organização social e consciente de que é possuidor de direitos.

Assim, o processo de desnucleação e reativação das escolas do campo do município de Serra do Ramalho foi feito após a realização de diálogo e de consulta às comunidades, o que levou à construção de um planejamento considerando aspectos como o quantitativo de funcionários necessários para atuarem nas escolas, análise das reformas necessárias nas escolas, necessidade de materiais pedagógicos e mobiliário, e reuniões com as famílias, professores e gestores escolares para reorganizar o retorno dos estudantes para suas comunidades.

Nessa conjuntura, a iniciativa do município foi importante para fortalecer o processo de reconhecimento dos direitos educacionais dos estudantes do campo, pois a desnucleação e reabertura de escolas do campo, representa uma ação política contra hegemônica. Considerando o que está posto no Parecer CNE/CEB nº 23 de 12 de setembro de 2007, que trata da Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo, o objetivo da proposta de desnucleação não é a fixação do homem no campo, mas considerar aspectos como: “acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas

inovadoras e apropriadas, transporte, reflexão e aperfeiçoamento das classes multisseriadas [...]”, (Brasil, 2007).

Nessa perspectiva, a desnucleação, com o retorno dos estudantes para suas comunidades, a reativação da escola indígena e reabertura da escola serrana oportuniza, no cerne do que foi vivenciado por estudantes, professores e famílias, maior compreensão sobre a valorização dos saberes da sua comunidade e entendimento desses saberes como algo de importância e interesse científico e social, colocando a comunidade como protagonista do processo de construção de conhecimentos legalizados socialmente, pois conforme Brandão (2002), ser o sujeito da história e ser o agente criador da cultura não são adjetivos qualificadores do homem. São o seu substantivo.

Nesse sentido, a investigação reforçou a compreensão de que a escola na comunidade do estudante tem uma importância para além do processo de escolarização, mas assume uma importância social e política para os sujeitos do campo. Assim, a Secretaria de Educação (Entrevista, 2024) informou que, em 2024, o município realiza mais uma ação importante para o fortalecimento das escolas do campo e que coaduna com a transgressão dos paradigmas das políticas hegemônicas, que pretendem o enfraquecimento das comunidades rurais: a reforma e reabertura de uma escola serrana do município. A escola em questão funcionou até o ano de 2018, quando foi desativada, e teve seus alunos transferidos para a comunidade mais próxima.

Ainda conforme os dados informados pela Secretaria de Educação (Entrevista, 2024), no ano de 2023 os pais dos estudantes da escola serrana, descontentes com o trajeto diário de seus filhos para outra comunidade, procuraram a Secretaria de Educação e solicitaram a reabertura da escola. Após análise dos impactos na vida dos estudantes e na comunidade, o poder público municipal optou pela reabertura da escola em 2024 e o retorno de 47 estudantes, da Educação Infantil, anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) para estudarem em sua comunidade. Essa ação do município mostra que a permanência da escola na comunidade tem um significado que se situa no âmbito do direito à educação e do respeito aos povos camponeses.

As ações do município serra-malhense busca assegurar a efetivação dos direitos educacionais dos estudantes camponeses, contribuindo com a oferta da educação em suas comunidades, por meio de uma proposta pedagógica que contempla todas as peculiaridades locais e as aprendizagens necessárias. Nesse caminho, as ações desenvolvidas no âmbito da educação de Serra do Ramalho, evidenciam que o município está investindo em infraestrutura escolar adequada, com reforma das escolas do campo e melhoria das estradas, na

disponibilização de materiais didático-pedagógicos e na formação continuada para os profissionais que atuam nessas escolas.

Desse modo, está posto o desafio não apenas de compreender todo o processo de construção de uma educação regulada para atender às comunidades campesinas, mas, também, entender que é necessário desenvolver uma práxis que dialoga com a visão étnico e histórica dessas comunidades. As práticas nascidas da experiência tem se constituído um caminho na construção do “como fazer”, dado caráter dinâmico de agir onde se observa a probabilidade de se agregar a visão do conhecimento científico e os saberes culturais das comunidades tradicionais evidenciando elementos importantes para o planejamento das metodologias educacionais a serem praticadas nas escolas das comunidades tradicionais.

Classes Multisseriadas como forma de lutar contra o fechamento e nucleação de escolas e para materialização da Educação do Campo no município de Serra do Ramalho/BA

No âmbito da discussão sobre a transgressão das políticas hegemônicas no município de Serra do Ramalho emerge a reflexão a respeito das Classes Multisseriadas. No contexto da luta pela Educação do Campo situa-se a discussão sobre as classes multisseriadas que, no âmbito das discussões políticas, têm sido “tratadas nas últimas décadas como uma ‘anomalia’ do sistema, ‘uma praga que deveria ser exterminada’ para dar lugar às classes seriadas tal qual o modelo urbano” (Santos; Moura, 2012, p. 35). Nessa perspectiva, discutir sobre a qualificação da prática docente e suas particularidades para atuar nas escolas com classes multisseriadas do campo é uma questão que merece grandes reflexões a respeito da concepção de um curso/formação que habilite os professores a atuarem segundo as especificidades da Educação do Campo e que dê conta da diversidade que compõe as classes multisseriadas. A esse respeito Caldart (2004, p. 158), discute que “construir a educação do campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas”.

Nesse cenário, o modelo educacional que se objetiva para as escolas do campo é pautado numa práxis educacional que contribua com a emancipação do aluno do campo, munindo-o das bases conceituais necessárias para defender a escola em sua comunidade e o desenvolvimento de seu território. Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), ao refletirem sobre o projeto de formação de educadores do campo, apontam que “a discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir”. Isso porque “a Educação do Campo é marcada por conflitos e lutas entre os movimentos sociais, educadores do campo e o Estado

através da educação capitalista de cunho neoliberal”, (Santos; Nunes, 2020, p. 95). Assim, a omissão do Estado com os povos camponeses e demais sujeitos das classes subalternizadas revela seu compromisso com o projeto de dominação capitalista que vê nessas pessoas apenas um instrumento de trabalho e geração de lucro. Essa omissão “se expressa na resistência que teve o Estado brasileiro em reconhecer essa realidade e destinar-lhe os investimentos necessários” (Santos; Moura, 2012, p. 17).

Dessa forma, a abordagem a respeito da existência e permanência com qualidade das classes multisseriadas na escola do campo em Serra do Ramalho é realizada do ponto de vista da efetivação de direitos dos sujeitos do campo, pois em muitos casos a escola de turmas multisseriadas é a única oportunidade que os estudantes do campo possuem para estudarem em suas comunidades e próximo às suas casas. Uma vez que, “temos assistido ao avanço da política de nucleação vinculada ao transporte escolar, como solução mais plausível para os grandes problemas enfrentados pelas escolas rurais multisseriadas, resultando no fechamento de escolas em pequenas comunidades rurais” (Antunes-Rocha; Hage, 2012, p. 17). O que reivindicamos é a presença do Estado nesse espaço e a efetivação de investimentos para que a escola camponesa funcione com qualidade seja com turmas multisseriadas ou seriadas, atuando na formação humana emancipatória, contextualizada com a história e demandas dos sujeitos do campo.

O território de Serra do Ramalho é formado por comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e ribeirinha, como já foi dito, com 85% das escolas localizadas no campo, entretanto, o município passou por um processo de fechamento e nucleação de escolas do campo e as classes multisseriadas foram utilizadas como um dos motivos para justificar essa ação da gestão municipal. A discussão sobre as Classes Multisseriadas e a Educação do Campo ainda é recente no município de Serra do Ramalho, visto que a elaboração de proposta específica para as escolas do/no campo e portaria de matrícula⁴ segundo a realidade populacional das comunidades camponesas do município teve início no ano de 2021.

Ao refletir sobre a organização do trabalho pedagógico das classes multisseriadas no contexto do desmonte das políticas públicas para o povo camponês, cuja ausência da atuação

⁴ Em 2021, a Secretaria de Educação publicou a Portaria Nº 12 de 14 de dezembro de 2021, que Dispõe sobre diretrizes, normas e períodos para a realização de matrículas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA, na Rede Municipal de Ensino para o Ano Letivo 2022 e dá outras providências. A partir dessa portaria, a constituição da quantidade de alunos por sala de aula passou a ser organizada conforme a população de cada comunidade, reduzindo o número exido pelo município para formação de turma. Esse documento possibilitou que as turmas fossem organizadas não apenas no sistema seriado, mas favoreceu que as escolas funcionassem com classes multisseriadas, evitando-se, assim, o fechamento ou nucleação de escolas do campo.

do Estado se reflete na precarização de escolas, desde a estrutura até a falta de materiais didático-pedagógicos, poucas iniciativas no âmbito da formação docente e consequente fechamento ou nucleação de escolas, gera a indagação se a qualificação das classes multisseriadas pode contribuir com a resistência contra o fechamento e nucleação de escolas campesinas no município.

Tendo em vista que a existência de classes multisseriadas é uma realidade das escolas do campo do município de Serra do Ramalho/BA, a pesquisa evidenciou que o fortalecimento das classes multisseriadas é necessário para contribuir com o fortalecimento da luta contra o fechamento e nucleação de escolas e consequente retirada dos alunos de sua comunidade para escolas distantes de suas casas, que muitas vezes estão localizadas no meio urbano e possuem uma proposta curricular totalmente desarmônica da realidade desses estudantes. Nesse processo, é importante destacar que surge a necessidade da qualificação da prática docente, visto que, há um consenso popular de que em classes multisseriadas não se aprende e que a melhor solução é levar os estudantes para escolas seriadas. Diante dessa realidade nasce, no cerne dos movimentos sociais, a resistência pela permanência da escola no território do estudante e a criminalização do processo de fechamento e nucleação de escolas do/no campo.

Nesse debate, as classes multisseriadas são concebidas como espaço de desenvolvimento de ações para o fortalecimento da identidade campesina, valorização da história, da cultura, dos saberes locais, reconhecimento dos desafios, das lutas do povo campesino e da importância da permanência das escolas no espaço campesino. Uma das pautas em questão é a qualificação das práticas pedagógicas por meio de um processo de formação específico para professores que atuam em classes multisseriadas nas escolas campesinas. Numa conjuntura política e econômica onde impera os ideais neoliberais, onde “a preocupação central é ajustar a formação humana aos imperativos do mercado e impingir à educação uma perspectiva economicista” (Moura; Santos, 2012, p. 66), o modelo educacional que se objetiva para as escolas do campo é pautado numa práxis educacional que contribua com a formação integral do aluno do campo.

Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), refletem sobre o projeto de formação de educadores do campo, apontando que “é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção”. Nessa direção, Arroyo (2006) destaca que os povos do campo têm sua história marcada pelas “[...] desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas

históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica”, (p. 104). Nessa perspectiva, entendemos que as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto devem ser significativas para os sujeitos que o integram, devendo ser construídas a partir da realidade sociocultural do povo campesino.

Nesse sentido, o município de Serra do Ramalho vem investindo na área da formação docente de professores de Classes Multisseriadas por meio disponibilização de suporte para execução de projeto de extensão de uma professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O projeto intitulado Organização do Trabalho Pedagógico nas Classes Multisseriadas: formação continuada para os docentes das classes com multissérie de Serra do Ramalho-BA, teve início no ano de 2022 e já está na sua terceira edição. No ano de 2022, o projeto atendeu 35 docentes dos anos iniciais e 35 dos anos finais do Ensino Fundamental. Em 2023, esse quantitativo não sofreu alterações, mas em 2024, em função da reativação da escola serrana e elevação do número de turmas multisseriadas, o projeto está atendendo 45 professores dos anos iniciais e 40 professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

Considerações Finais

As questões levantadas com a desnucleação das escolas do campo em Serra do Ramalho lançam reflexão sobre a organização das escolas campesinas no sentido de evidenciar o papel que a educação e a escola têm na vida de crianças, jovens e adultos do campo; sujeitos que carecem da atenção do Estado e que tem na escola o único meio de empoderamento. Nesse contexto, é emergencial a efetivação de políticas públicas que tenham como prioridade o avanço estrutural e pedagógico das escolas do campo. É lamentável que crianças, jovens e adolescentes precisem sair de suas casas, percorrendo longas distâncias em transporte escolar, para chegar à escola.

Nesse cenário, o processo de deslocamento do estudante campesino de seu território para outras realidades, colabora com o ideário do sistema capitalista neoliberal em desligar os sujeitos do campo de sua ligação com a terra, gerando o fenômeno de desterritorialização dos povos do campo de seu espaço. Nesse cenário, as escolas unidocentes, com classes multisseriadas e poucos alunos tornam-se alvo dessa política hegemônica e contribui com a expansão do agronegócio, que necessita cada vez mais de mão de obra barata e não de sujeitos emancipados. Nessa conjuntura, o projeto de desnucleação nasce do entendimento de que se o processo de nucleação/fechamento de escolas continuar o campo será esvaziado, tornando-se um deserto sem plantações, pessoas, escolas, sem vida. Ressaltamos que não se deseja a fixação

do homem no campo, como mero trabalhador para gerar insumos para a cidade, mas oportunizar os meios para que as pessoas possam escolher entre ficar ou sair do campo.

Referências

ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (orgs.) **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. - 2. Ed. – Belo horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

ARROYO, G. M. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, M. C. Educação do campo e pesquisas: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16. Nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 1172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 18.08.2021.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, I. L. A construção de políticas públicas de educação do campo através das lutas dos movimentos sociais. Revista Lugares de Educação [RLE], Bananeiras/PB, v. 4, n. 8, p. 125 135, Jan./Jun., 2014 ISSN 2237 1451 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 03.11.2024.

HAGE, S. M. Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., ISSN 0101-7330. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000401165&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28.10.2022.

HAGE, S. M. Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: _____. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2006.

MOLINA, M. C.; ANTUNES ROCHA, M. I. Educação do campo, história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de professores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220 253, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 10 maio 2022.

MUNARIM, A. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação**

do Campo: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

PINHEIRO, M. do S. D. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. In: ANPAE, 2007, Ri Grande do Sul. Cadernos ANPAE. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

SANTOS, F.J.S. dos; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES –ROCHA, M. I; HAGE, S. M. (orgs.) **Escola de direito:** reivindicando a escola multisseriada. – 2 Ed. – Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

SANTOS, A. R. dos; NUNES, C. P. Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro. Editora Edufba: Salvador – BA. 2020.

| | |
|---|--|
| <p>Autor 1</p>  | <p>INAIARA ALVES ROLIM</p> <p>Mestre Em Educação Pela Universidade Estadual De Santa Cruz – UESC E Mestre Em Educação Do Campo Pela Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia – UFRB. Professora Da Educação Básica Do Campo No Município De Serra Do Ramalho/Ba.</p> <p>Email: inaiararolim@gmail.com</p> <p>Lattes: https://lattes.cnpq.br/2439617344890154</p> <p>ORCID: HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-3547-9165</p> |
| <p>Autor 2</p>  | <p>SHIRLEY GONÇALVES DE SOUZA</p> <p>Mestre em Ciências da Educação. Professora Da Educação Básica Do Campo No Município De Serra Do Ramalho/Ba.</p> <p>E-mail: shigoncalves21@gmail.com</p> <p>Lattes: https://lattes.cnpq.br/8286853589366333</p> <p>ORCID:</p> |
| <p>Autor 3</p>  | <p>Terciana Vidal Moura</p> <p>Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Professora Associada I da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. Professora da Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias, da Licenciatura em Biologia e do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB.</p> <p>Email: terciनावidal@ufrb.edu.br</p> <p>Lattes: http://lattes.cnpq.br/1217577279235372</p> |

Autor 4



ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3772-7724>

Edna Souza Moreira

Doutora em Educação Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG, professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia Campus XVII e do Programa de Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade-PPGELS do Campus VI da UNEB, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia, Trabalho e Educação Ambiental- GEPECATEA.

EMAIL: esmoreira@uneb.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4589518670460111>

ORCID: 0000-0003-1559-0392